



PERGUNTAS FREQUENTES



O que é a LGPD?

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece como os dados pessoais devem ser tratados por organizações públicas e privadas, a fim de proteger os direitos de liberdade e privacidade de pessoas físicas. Para isso, a lei traz princípios importantes, entre eles a transparência, segurança, minimização, necessidade e adequação.

O que muda com a LGPD?

A LGPD garante de forma não absoluta, o direito ao acesso, exclusão, revogação, dentre outros. Assim, qualquer atividade de tratamento que envolva dados pessoais deverá observar as regras trazidas pela LGPD (apresentadas em forma de princípios) e estar apta a atender todos os direitos garantidos aos titulares envolvidos.

O que são dados pessoais?

Dados pessoais são informações que identifiquem uma pessoa, como RG, CPF, dados financeiros, endereço residencial, etc... Já os dados pessoais sensíveis são informações sobre convicções políticas e religiosas, opinião política, filiação a sindicato, origem étnica ou racial, informações referentes à saúde, vida sexual, genética e dados biométricos.

Como consulto informações sobre meus dados pessoais?

Pelo e-mail do encarregadolgpd@cipalam.com.br

Se você tiver alguma dúvida sobre como seus dados estão sendo tratados, mande u e-mail para o nosso encarregado de dados acima citado.

Esta Lei aplica-se apenas ao tratamento de dados pessoais coletados na Internet?

A LGPD é aplicável a qualquer operação de tratamento de dados pessoais que tenham sido coletados dentro do território brasileiro ou que tenha como objetivo oferecer bens ou serviços a pessoas localizadas no Brasil, independentemente destes dados pessoais terem sido coletados *offline* ou *online*, em meios físicos ou digitais.

Quais são os casos de tratamento de dados pessoais em que a LGPD não será aplicada?

São casos em que o tratamento de dados pessoais for feito por uma pessoa física, para fins exclusivamente particulares, e não comerciais, por exemplo, coleta de dados pessoais dos integrantes da família para a realização de uma árvore genealógica; para fins exclusivamente jornalísticos, artísticos e acadêmicos; ou pelo Poder Público – no caso de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado e atividades de investigação e repressão de infrações penais.

Quais são os direitos dos titulares garantidos pela Lei?

São vários direitos garantidos aos titulares dos dados segundo a lei, como por exemplo, o direito de confirmação a existência de tratamento dos dados pessoais, direito ao acesso aos dados, direito a correção e eliminação dos dados. Para saber todos os seus direitos recomendo que leia nossa Política de Privacidade.

Quem fica responsável pela supervisão e aplicação da LGPD?

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é o órgão da Administração Pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD, podendo emitir opiniões técnicas e solicitar os relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi criada pela Lei 13.853, publicada em 8 de junho de 2019, vinculada à Presidência da República.

O que fazer se meus dados forem vazados?

Quando o e-mail ou senha estão expostos, o caminho é mais fácil e menos doloroso:

Para a senha: troque a combinação por outra mais segura e use um método de verificação em duas etapas;

Para o e-mail: evite abrir links e anexos de remetentes desconhecidos, redobre a atenção para as mensagens recebidas.

Quando for os demais dados pessoais, você deverá comunicar a Cipalam, através do e-mail encarregadolgpd@cipalam.com.br para que seja tomada as medidas cabíveis.

Além disso, redobrar a atenção é essencial em caso de vazamentos. Porque, uma vez que os dados ficam expostos, públicos, é quase impossível tirá-los da internet. Portanto, tentativas de golpes, que já são comuns, passam a ficar ainda mais bem elaboradas, considerando que as informações que golpistas têm das pessoas são precisas, confundindo o usuário durante a abordagem.

Os golpes mais comuns para ficar de olho

Diversas práticas de golpe na internet já são conhecidas e ainda assim enganam usuários na rede:

Phishing: quando o mal-intencionado tenta obter as credenciais de uma pessoa ao enganá-la, com recursos de engenharia social e persuasão, se passando por um funcionário de uma empresa, um parente ou alguém próximo. Por isso o nome “*phishing*”, uma alusão a “*fishing*”, o que se traduz para “pescaria”;

Spoofing: traduz-se como “pegadinha” e é bem semelhante ao phishing. Ocorre quando o golpista se passa pelo usuário legítimo detentor das informações e tenta acessar contas, servidores, fazer compras ou roubar identidades da vítima. É o que ocorre em casos de SIM swap do usuário durante a abordagem.

SIM swap: quando o golpista transfere o número de uma pessoa para outro cartão SIM em branco. Ele liga na operadora se passando pela vítima, alegando que perdeu o acesso ao chip anterior e solicita a troca. Na chamada, confirma os dados para autenticar a identidade e o atendente faz a transferência. Também pode ser feito por criminosos dentro da própria agência.

Brushing scam: trata-se de vendas falsas feitas via internet. Uma loja cria um perfil falso com dados reais de um consumidor (nome e endereço), envia qualquer objeto para o suposto cliente (para validar a entrega) e, em seguida, faz uma avaliação positiva da compra. Outros clientes legítimos são enganados com as avaliações falsas e compram no site.

Como a Cipalam garante o tratamento adequado dos meus dados pessoais?

A Cipalam, através de seu Programa de Privacidade, trabalha para manter o alto nível de segurança tanto no Website quanto internamente, adotando as técnicas de *privacy by design*, comprometimento com os direitos do titular de dados, gestão de dados e incidentes, e por fim, auditorias e relatórios.